

Sumário

Introdução	13
1. Direito fundamental ao ambiente	21
1.1. A constitucionalização do ambiente	21
1.2. O direito ao ambiente como direito fundamental	25
1.2.1. A vinculação jurídica das normas do direito fundamental ao ambiente . .	28
1.2.2. Uma justificação para o direito fundamental ao ambiente	32
1.3. O direito fundamental ao ambiente: direito subjetivo ou dever jurídico objetivo	38
1.4. O direito ao ambiente como um direito fundamental como um todo	43
1.5. O direito ao ambiente como direito a algo	48
1.6. A trílice divisão dos direitos a prestações	51
2. O direito à proteção do ambiente	53
2.1. O direito à proteção do ambiente	53
2.2. O Direito penal ambiental	54
2.3. O Direito administrativo sancionador ambiental	60
2.4. O direito à proteção do ambiente e a limitação do direito de propriedade . .	65
3. Os direitos à organização e ao procedimento	75
3.1. Os direitos à organização e ao procedimento	75
3.2. A competência ambiental	79
3.2.1. A competência legislativa	80
3.2.2. A competência político-administrativa	86
3.3. A organização em sentido estrito	87
3.4. O procedimento em sentido estrito	92
3.4.1. O procedimento administrativo de estudo de impacto ambiental	93
3.4.1.1. O objeto do estudo de impacto ambiental	94
3.4.1.2. A repartição de competência	96
3.4.1.3. A significativa degradação ambiental e a obrigatoriedade do procedimento	97
3.4.1.4. A marcha do procedimento	102
3.4.1.5. A discricionariedade reduzida a zero	107
3.4.2. O procedimento administrativo de licenciamento ambiental	117
3.4.2.1. A repartição de competência	118

3.4.2.2. A marcha do procedimento	121
3.4.2.3. A licença ambiental	124
3.4.3. O direito ao procedimento judicial	129
3.4.3.1. A ação civil pública ambiental	130
3.4.3.1.1. O modelo de legitimidade ativa coletiva	131
3.4.3.1.2. A tutela jurisdicional de realização do direito fundamental ao ambiente	132
3.4.3.2. A ação popular ambiental	141
4. O direito a prestações em sentido estrito	149
4.1. O direito ao ambiente como direito a prestações em sentido estrito	149
4.2. As objeções aos direitos a prestações em sentido estrito	152
4.2.1. As objeções de Böckenförde	152
4.2.2. Os direitos a prestações como determinações de objetivos estatais	153
4.2.3. O custo dos direitos	155
4.2.4. O problema da indeterminação da conduta devida	160
4.2.5. A delimitação de competência das funções legislativa, executiva e jurisdicional	163
4.3. O modelo da ponderação de princípios	171
4.3.1. Os princípios e regras	171
4.3.2. Os direitos fundamentais a prestações como uma questão de ponderação de princípios	176
Conclusão	197
Referências	199